

O REVERBERO CONSTITUCIONAL FLUMINENSE E AS INTERPRETAÇÕES DO TEMPO NO CONTEXTO DA INDEPENDÊNCIA (1821-1822)

João Carlos Escosteguy Filho

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar as formas de interpretação do tempo e da trajetória histórica do Brasil e da América presentes nas discussões do periódico *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822). Tenciona-se verificar que argumentos, exemplos históricos e referências pautaram a ação dos editores àquele momento marcado por conflitos entre grupos que disputavam a direção do processo de Independência. Argumenta-se, assim, que certa concepção civilizatória em torno da *persona* de D. Pedro pautou as interpretações do tempo, inserindo o Brasil em uma lógica na qual o passado recente americano serviria de base direta para a construção de caminhos a se seguir e a se evitar nos rumos políticos do Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Século XIX; Identidade nacional; Narrativa historiográfica; Independência.

The *Reverbero Constitucional Fluminense* and the interpretations of time in the independence context (1821-1822)

ABSTRACT: This article aims to analyze forms of interpreting time and historical trajectory of Brazil and America disclosed in the political discussions of *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822). It is intended to verify which arguments, historical examples and references guided the editors' action in such an occasion marked by conflicts between groups that claimed to be leading the independence process. It is thus argued that a so-called civilization conception over D. Pedro's *persona* guided the interpretations of the time, leading Brazil into a rationale wherein America's recent past would pave the way to building ways to be followed or avoided in Brazil's political trends.

KEYWORDS: 19th century; National identity; Historiographical narrative; Independence.

El Reverbero Constitucional Fluminense y las interpretaciones del tiempo en el contexto de la Independencia (1821-1822)

RESUMEN: Se propone analizar en este artículo las formas de interpretación del tiempo y de la trayectoria histórica de Brasil y de América presentes en los debates del periódico *Reverbero Constitucional Fluminense* (1821-1822). Se pretende verificar qué argumentos, ejemplos históricos y referencias condujeron la acción de los editores a aquel momento marcado por conflictos entre grupos que disputaban la dirección del proceso de la Independencia. De este modo, se busca argumentar que dicha concepción civilizatoria alrededor de la persona de D. Pedro orientó las interpretaciones del tiempo, insertando a Brasil en una lógica en la que el pasado reciente americano sostiene la construcción de caminos a seguirse y a evitarse en los rumbos políticos de Brasil.

PALABRAS CLAVE: Siglo XIX; Identidad nacional; Narrativa historiográfica; Independencia.

*Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF, 2016). Atualmente é professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ), *campus* Pinheiral. Contato: Rua José Breves, 550, centro, CEP 27197000, Pinheiral-RJ, Brasil. E-mail: joao.filho@ifrj.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1491-5263>

Os anos de 1821 e 1822 foram plenos de disputas políticas, intelectuais e sociais entre grupos diversos a respeito da direção que a sociedade brasileira deveria seguir. Tratava-se de momento histórico privilegiado, “em que a linguagem se politizava e entrava na vida pública, recorrendo a um novo vocabulário político, pautado nas Luzes”.¹ Esse curto período testemunhou não apenas uma expansão dos espaços de discussão pública, com maior publicação de livros, periódicos, panfletos, discursos etc., mas também vislumbrou as primeiras experiências liberais e constitucionais de mais amplo alcance por que passaram frações da sociedade que tencionavam atacar certas estruturas políticas e identitárias herdadas do Antigo Sistema Colonial.² Nesse contexto, as transformações nos significados vocabulares, nas interpretações da experiência histórica e nas formulações de propostas de ação pública atravessaram muitos daqueles que se envolviam nas discussões políticas, especialmente nos maiores centros de efervescência política, como o Rio de Janeiro.

Este artigo tem como objetivo analisar um aspecto desse momento de efervescência política a partir das discussões presentes no *Reverbero Constitucional Fluminense*, um dos periódicos centrais surgidos naquele momento de lutas pelo futuro do Brasil, entre a manutenção do Reino Unido e o rompimento com Portugal. Discutiremos a maneira pela qual o *Reverbero* construiu certa interpretação histórica da trajetória brasileira que buscava integrá-la à lógica mais ampla da história da civilização.

A temática, em si, não é novidade, e vem sendo trabalhada por diversos autores, como Cristiane Camacho e Rafael Fanni, que apontam para a participação ativa dos periódicos na reformulação das noções temporais à época, cada vez mais comprimindo sentidos do tempo e apontando para a abertura do horizonte de expectativas à frente do espaço de experiência, produzindo leituras específicas do passado brasileiro naquele contexto, procurando, também, refletir também sobre os modos pelos quais a história foi utilizada nas discussões políticas entre sujeitos que tencionavam disputar a direção do movimento político.³ Esse movimento, que acabou por ser integrado à *persona* de Dom Pedro como fiador da Independência⁴, estava relativamente em aberto nos anos 1821-1822, abrindo possibilidades que permaneceriam em discussão nos espaços públicos e políticos até pelo menos o final da década de 1830, quando o Regresso consolidou certa concepção de Império em uma lógica senhorial-escravista que deu a tônica do Estado Nacional brasileiro na segunda metade do oitocentos.⁵ O estudo do *Reverbero*, dessa maneira, nos dá uma fração da compreensão dos argumentos utilizados no processo de construção do que deveria ser, aos olhos dos agentes do período, o Império do Brasil,

superando-se a condição colonial ao mesmo tempo em que se desenhava certa noção de *ordem* e *civilização* que balizaria a ação liberal-conservadora nas décadas seguintes.⁶

Buscaremos avançar nessa perspectiva analisando os modos pelos quais, pelo uso da história, o *Reverbero* constrói uma determinada interpretação do passado brasileiro, inserido nos marcos de uma trajetória histórica da civilização e da liberdade, que busca sustentar certa concepção de nação independente por se construir. Dessa maneira, o periódico, assim como outros do mesmo período, inseriu-se na dinâmica das discussões que serviram de base para ações políticas visando à disputa pela direção na nação em processo de independência.

Este artigo será dividido em três partes, além desta introdução. Na primeira, serão analisadas as transformações do conceito de história na virada do setecentos para o oitocentos. Consideramos que essas transformações conceituais deram a tônica do modo pelo qual a experiência histórica foi abordada pelo *Reverbero*. Na segunda parte, será analisado o periódico especificamente, buscando-se os modos pelos quais certa leitura dos acontecimentos contemporâneos foi articulada a certas compreensões do passado para a construção de interpretações sobre o tempo vivido. Por fim, ainda na análise documental, a terceira parte discutirá a solução apontada pelos autores do *Reverbero* como caminho para o Brasil em construção: a “solução Dom Pedro I” como chave conservadora de compreensão da realidade e possibilidade de manutenção de certa concepção de ordem para garantia da sociedade senhorial escravista do oitocentos brasileiro.

I

Quando pensamos nos processos que resultaram no rompimento entre Brasil e Portugal e na construção do Brasil Independente, ao longo da década de 1820, se torna impossível não relacioná-los a um universo mais amplo que compreende o alvorecer do próprio longo século XIX. As questões que se apresentavam àqueles que dirigiram o processo que resultou na Independência e na primeira década de construção do Estado Nacional brasileiro eram, em grande parte, questões que se desdobravam na própria lógica de *crise* e de rupturas que envolviam, em maior ou menor escala, o mundo atlântico e, em especial, o universo hispano-americano desde o último quartel do século anterior. Na formulação de Fernando Novais, “a crise era geral e promanava da própria estrutura e funcionamento do sistema”.⁷ Para Istvan Jancsó,

Ainda que esta crise não tenha sido percebida como tal, e nem tenha resultado em discursos teóricos coerentes e perfeitamente ajustados aos paradigmas ilustrados da época, nota-se que, tendencialmente, os eventos sediciosos [do final do século XVIII]

revelam o esgotamento da eficácia de formas vigentes de ordenamento político da sociedade e dos padrões que regem sua reiteração, padrões de abrangência variável, a depender de cada uma das situações concretas consideradas.⁸

Inserida nesse universo mais amplo, a Independência do Brasil e a posterior construção do Estado independente, longe de configurarem fenômenos pontuais localizados no tempo e no espaço, conectam-se a dimensões mais complexas que produziram um contexto revolucionário em larga escala, com o qual os dirigentes imperiais, frutos, em grande parte, desse mundo em transformação, precisavam aprender a lidar – e que circulavam em panfletos, periódicos e demais redes comunicativas no interior do Império português.

Esse conjunto de processos pelos quais os mundos atlântico e europeu passavam correspondia ao surgimento daquilo que inúmeros autores referenciavam como “modernidade”. Nesse sentido, a Independência e o processo de construção do Estado Imperial no Brasil constituiriam um aspecto desse processo de *modernidade*⁹, superando-se a crise colonial e inserindo-o plenamente no desenvolvimento capitalista que construiria os pilares de nosso mundo contemporâneo a partir de uma dimensão conceitual.¹⁰

Koselleck, já em seu primeiro trabalho publicado no Brasil, traduzido sob o título de “Crítica e Crise”, buscava as relações entre o que percebia como uma crise de sua época (escrevia em 1954), cujas origens remontariam ao século XVIII, e a elaboração de filosofias utópicas da história com a “função histórica” de dissimular o caráter político da crise.¹¹ Nessa dissimulação, ou encobrimento, o futuro passaria a ser o espaço onde a razão poderia exercer-se plenamente, afastando-se da política e esvaziando o presente. Desenvolvendo essa compreensão, Koselleck afirma que, entre os séculos XVIII e XIX, as formas de se lidar com o tempo mudaram sensivelmente para os europeus, com o passado cada vez mais se tornando incapaz de apontar seguramente os rumos do futuro.¹² Pelo contrário: mais e mais se perceberia o tempo como acelerado, fugindo ao controle daqueles que buscassem entendê-lo. “Não apenas o fosso entre passado e futuro aumenta; a diferença entre experiência e expectativa é sempre superada, e de forma cada vez mais rápida, para que possa continuar viva e atuante”.¹³

O distanciamento entre experiência e expectativa teria alterado, para o autor, a própria concepção sobre o conceito de “história”, que teria perdido, pouco a pouco, seu caráter de *magistra vitae* para tornar-se um singular coletivo irrepetível.¹⁴ A aplicação moral imediata de eventos históricos perderia consistência. O próprio conceito de progresso serviria para dar conta dessa nova forma de se lidar com o tempo e a realidade. Trata-se, para Koselleck, de fator central ao começo da modernidade.¹⁵

Indissociável dessas transformações em torno do conceito de “história” foram as produções ideológicas de novas formas de identidade política e social, notadamente a *nacional*. Em que medida a história, tal como se construíam consensos conceituais, servia à construção das identidades nacionais? Em que medida eventos do passado eram mobilizados para justificar intervenções políticas no presente? E de que forma essa experiência pode ser analisada no caso do século XIX brasileiro?

A trajetória de busca por uma história nacional que desse sentido à existência política de comunidades humanas no longo século XIX foi algo comum a todos os Estados nascidos da Era das Revoluções, que cada vez mais eram pensados em termos *nacionais*, vendo na história uma poderosa ferramenta de construção de novos vínculos identitários coletivos e no fortalecimento dos já existentes.¹⁶ Sendo as nações, na clássica formulação de Benedict Anderson, “comunidades imaginadas”¹⁷, e sendo preciso atentar para “uma perspectiva que visa despojar o conceito de nação e de nacionalidade de seu suposto caráter natural (...) para fixar-se no critério de sua artificialidade, ou seja, de ser efeito de uma construção histórica, ou ‘invenção’”¹⁸, precisamos compreender de que forma a escrita de *histórias nacionais* contribuiu como poderosa arma de construção de um passado comum, servindo de elo entre os habitantes pela sensação de pertencimento a uma mesma origem – o que acabava por diluir, de certa maneira, os conflitos internos e de classe.¹⁹ As histórias nacionais, elaboradas ao longo dos processos de construção das identidades nacionais, buscaram em passados remotos os “germes” da nação, cada uma valendo-se de particularidades regionais, linguísticas, artísticas etc. para realizar seu objetivo.²⁰ A elaboração de historiografias para cada país foi capaz de ajudar a promover as ligações culturais necessárias para que a identidade nacional superasse – ou, ao menos, subordinasse – as demais formas de identidade a que os seres humanos estão sujeitos (étnicas, regionais, de classe etc.), via fortalecimento de um discurso comum que remetesse ao processo temporal como sedimentação de sentimentos naturais do passado, produzindo a necessária teleologia que conectou o resultado final ao ovo fecundado. E isso num momento que, segundo definiu Phillipe Ariés, marcava o nascimento definitivo da consciência histórica moderna.²¹

As escritas de histórias nacionais ajudaram, assim, na produção de conexões entre passado, presente e futuro que, num momento de aceleração na percepção do tempo, organizavam experiências e expectativas a partir de um eixo mais sólido. A nação enraizada no passado que se dissolvia permitia a manutenção de vínculos que as revoluções ameaçavam fragmentar. A nação tornava-se porto seguro para ancoragem da trajetória do passado ao futuro,

e a história, incapaz de manter a segurança que, como mestra da vida, oferecia, agora era utilizada como fiadora da continuidade num momento de novidades aceleradas. Tomando como exemplo o caso da Revolução Francesa, podemos perceber como os historiadores franceses do século XIX a vislumbraram: incapazes de negarem-na (os que a recusavam) ou revivê-la (os que a admiravam), transformaram-na em ponto fundamental na produção da nação francesa: os que a negavam, a viam como desvio, fortalecendo o passado pré-revolucionário como caldo primordial da nação; os que a admiravam, como síntese necessária do desenvolvimento histórico anterior da nação francesa.²²

As narrativas nacionais inventaram a ideia de nação? O debate sobre essa questão atravessou o campo historiográfico desde o próprio surgimento da historiografia moderna.²³ Não cabe, nos limites deste artigo, aprofundar a discussão. Interessa, porém, compreender que as nações modernas, não obstante suas origens seculares e sua polissemia histórica, ganharam significados na viragem dos séculos XVIII-XIX que não se assemelham às definições dos séculos anteriores. A discussão sobre o quanto desses novos significados foi produto das revoluções, ou o quanto as revoluções foram sínteses processuais de movimentos anteriores, não muda o fato de que os coevos construíram sentidos específicos para a ideia de identidades nacionais (bem como para a ideia de uma história nacional) como forma de lidar com a própria vertigem pós-revolucionária da modernidade.²⁴

Vertigem que, no contexto luso-americano, tornava as identidades provisórias, especialmente a partir do período compreendido entre a transferência da Corte e o desencadeamento do movimento constitucionalista – *grosso modo*, entre 1808 e 1820-21. Tanto no mundo luso-brasileiro quanto nos contextos abordados por Koselleck, a Revolução Francesa ocupou lugar destacado nas transformações conceituais por que passaram os que viveram aquele período. Nada mais indicativo dessas ligações, para ficar em um exemplo, do que a tese de que a vinda da Corte, em 1808, representara um novo momento de experiência do tempo, cada vez mais visto como acelerado e com o futuro valorizando-se frente ao passado. Outra forma de afirmar essas mudanças seria ver a primeira metade do século XIX, no Brasil, como de passagem de um regime de historicidade a outro, com alguns autores representando, cada qual ao seu modo, essa passagem, num processo que abarca simultaneamente tanto a construção do Estado Nacional no Brasil quanto as interpretações conceituais que lhe dão sustentação - e que são, também, fruto dessa construção.²⁵

Valdei Araújo, por exemplo, argumenta que da geração pré-Independência à geração que consolidou o Império houve uma significativa descontinuidade conceitual e discursiva,

fruto de uma percepção crescente do tempo como aceleração e de uma contínua historicização da realidade.²⁶ Para Araújo, o universo semântico em que a primeira geração se inseria diferenciava-se significativamente daquele segundo momento, marcado não apenas por movimentos como o romantismo, mas, principalmente, pelo evento-Independência e demais acontecimentos a ele relacionados, responsáveis, em grande parte, pela fragmentação do mundo herdado do século XVIII. A partir de então, argumenta Valdeir, essa herança setecentista, apesar de esticar-se ao máximo, alcançando seus limites, não mais seria capaz de dar conta das novidades do século.²⁷

Uma das principais contribuições do trabalho já citado de Araújo está em ampliar a perspectiva das bases da produção historiográfica nacional para incluir, aí, a própria dimensão da experiência temporal como fundamento de constituição não apenas do próprio pensamento historiográfico, mas, também, da formação identitária dos contemporâneos (e aí se incluem outras identidades possíveis para além da nacional). Ao analisar as formas pelas quais realidade e consciência da realidade se relacionam, Valdeir permite que sigamos as tentativas das gerações sucessivas da primeira metade do século XIX em compreender um mundo para o qual o passado não mais parecia oferecer segurança. Um mundo em crise, repleto de novidades, mas para o qual a experiência prévia e o universo semântico anterior não se mostravam eficientes. Daí o caráter híbrido das concepções de história, a ponto de abordagens antigas e modernas disputarem a primazia na construção das concepções de mundo. Essa disputa ficaria mais evidente no primeiro grande processo de aceleração que produziu algo próximo de uma ruptura conceitual no discurso dos sujeitos que buscavam dirigir o processo de transformações políticas no mundo luso-americano: o contexto da Independência do Brasil, especialmente a partir de 1821, mas já desde 1808.

Conforme é corrente na historiografia, foram os eventos revolucionários europeus que, forçando a Corte a uma transferência crucial para sua colônia americana, causaram grande impacto na concepção imperial lusitana, constituindo um marco transformativo no interior do Império português.²⁸ A partir desse marco, as tensões entre as percepções, pelos intelectuais da época, das diferenças entre identidades “americanas” e “portuguesas” ultrapassarão os elementos fragmentários e o unitarismo reformista e se acirrarão, colocando a própria concepção imperial em risco – em nome de uma nova. O resultado será a ruptura em 1822, após dois anos de aceleração do sentimento de “provisoriedade política” presente havia uma década ao menos de aprendizado político, coroando a busca por novas formas de articulação com o

passado que dessem conta das angústias que as transformações causavam nos contemporâneos.²⁹

A vinda da Corte e a presença do regente, futuro Dom João VI, transformaram o Rio de Janeiro e o alçaram à condição de “cabeça” do Império, substituindo Lisboa nesse papel. À medida que os anos avançavam, contudo, mais e mais ficava claro que crescia uma diferenciação entre os habitantes do reino – reinóis – e os da nova Corte. Novos termos surgiram ou ganharam novos significados para dar conta dessas diferenças – o “ser português” tornava-se distinto do “ser brasileiro”, ou “brasiliense”, ou “brasílico” etc. Segundo Jancsó e Pimenta,

a instauração do Estado brasileiro se dá em meio à coexistência, no interior do que fora anteriormente a América portuguesa, de múltiplas identidades políticas, cada qual expressando trajetórias coletivas que, reconhecendo-se particulares, balizam alternativas de seu futuro. Essas identidades políticas coletivas sintetizavam, cada qual à sua maneira, o passado, o presente e o futuro das comunidades humanas em cujo interior eram engendradas, cujas organicidades expressavam e cujos futuros projetavam. Nesse sentido, cada qual referia-se a alguma realidade e a algum projeto de tipo nacional.³⁰

Essas identidades, naquele contexto de crise, combinavam-se e digladiavam-se, misturavam-se e atacavam-se, num processo que transformou os antigos genéricos de diferentes bases em um único contorno nacional que acabou naquilo a que hoje chamamos Brasil.³¹ A *identidade portuguesa* preconizada por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho no século XVIII, que já devia se relacionar com outras bases identitárias mais ou menos genéricas, passava também a confrontar-se com uma nova *identidade brasiliense* em crescimento, que já não se resumia àquela unidade americana oriunda do olhar metropolitano, mas que precisava ser recriada no contexto revolucionário. Se o contorno foi melhor definido, dentro dos padrões hoje consensuais, apenas ao longo dos séculos seguintes, é seguro afirmar que um primeiro esboço mais firme nesse sentido foi desenhado ali entre os anos 1821-1822, ainda que restrito inicialmente a alguns poucos grupos no interior da antiga sociedade colonial.

Esse confronto entre identidades – uma ainda nos moldes do Império português e da *nação portuguesa*, outra que aspirava a uma *nova condição nacional* – foi uma das formas pelas quais os contemporâneos experimentaram um tempo histórico de crescente incerteza. Para dar conta dessas incertezas, o tempo histórico do “presente” e o evento da transferência da Corte passavam a ser considerados contendo funções de “fundação mítica”; espaços de transição para um futuro a ser prognosticado, antevisto, no limite até controlado. Cada vez mais o futuro era alçado a referência para a busca pela compreensão do passado. O futuro a ser projetado tornava-se eixo articulador da experiência histórica daqueles tempos.

Entre 1821 e 1822, essas distintas expectativas de futuro entraram em conflito nos espaços públicos de discussão do Reino do Brasil, notadamente ao redor da Corte, buscando articular suas ideias à direção política para o Império – primeiro, como dito, português; depois da ruptura, do Brasil. Conceitos até então pouco ou nada usuais invadiram esses discursos como forma de entendimento daqueles tempos. Liberdade e despotismo, luzes e trevas, constituição e arbitrariedade etc. forjavam sensações e conferiam materialidade à ação política dos agentes. Outros conceitos como revolução, regeneração e restauração produziam sínteses daquela e de outras épocas, buscando aproximar a lógica das transformações europeias à lógica das mudanças americanas, delineando uma única direção para todos os acontecimentos de modo a inserir, nessa linha, os vários espaços que tencionavam fazer parte do concerto das nações civilizadas.³²

Os conceitos, evidentemente, não pairam no ar, mas atendem aos interesses de grupos em conflito na disputa pela construção da direção. A fundação de periódicos que expressassem perspectivas desses grupos, portanto, foi intensa. Se podemos, por um lado, produzir uma distinção entre dois grupos principais, um forjado numa espécie de perspectiva *americana* e outro construído a partir de uma perspectiva *europeia*, podemos, por outro lado, buscar de que maneira essa diferença resultou em interpretações conflitantes do tempo, da história e da trajetória brasileira³³.

É essa perspectiva que pautará a análise que faremos a partir de agora, tomando o *Reverbero Constitucional Fluminense* como exemplo.

II

Publicado ao longo de 14 meses (setembro de 1821 a outubro de 1822), resultando em 48 edições ordinárias e 3 extraordinárias, o *Reverbero* juntou-se a um grupo crescente de periódicos que, naquele curto espaço de tempo, no começo dos anos 1820, multiplicou a exposição de posicionamentos políticos na América Portuguesa, especialmente na Corte. Sua existência, segundo Cecília Salles de Oliveira, foi um desdobramento das lutas políticas que os liberais do Recôncavo da Guanabara e de Campos dos Goitacazes empreenderam no contexto da Independência.³⁴ Composto por seções diversas, nas quais expunha os pensamentos de seus redatores (notadamente na seção “reflexões”) ou pensamentos de pretensos leitores (especialmente na seção “correspondência”), o *Reverbero* notabilizou-se, desde o começo, pela defesa da manutenção da unidade imperial portuguesa, ao mesmo tempo em que defendia a valorização da porção americana em pé de igualdade frente ao velho Reino. Com o passar dos

meses, justificando-se a partir de uma intransigência das Cortes, consubstanciada na ideia de “recolonização”, o *Reverbero* mudaria a postura para a defesa do rompimento com Portugal, pregando a aproximação das vontades coletivas no espaço americano em torno da figura de Dom Pedro como única forma de garantir a continuidade do desenvolvimento de certa ideia de liberdade – conforme veremos – e de melhoria no Brasil.³⁵ Por conta dessa expressão de moderação política, bem como pela representatividade frente aos grupos econômicos centrais em disputa no Rio de Janeiro naquele momento, além de pela trajetória que seus fundadores teriam nos quadros políticos do Império³⁶, o *Reverbero* constitui um dos principais espaços de discussão pré-Independência a oferecer uma perspectiva sobre formas de interpretação do tempo em produção naquele momento.

Na defesa de seus posicionamentos, em diversos momentos o periódico apelou à História e a eventos recentes ou contemporâneos como forma de embasar argumentos e solidificar posturas distintas, especialmente considerando-se a necessidade de certa maleabilidade conceitual, haja vista a rapidez das transformações a exigir constantes reposicionamentos políticos. Nesses apelos à História emerge não apenas uma interpretação geral da História do Brasil até ali (inicialmente como parte da trajetória portuguesa, mas progressivamente ganhando autonomia numa trajetória própria), mas, também, uma interpretação geral da História como o desenvolvimento da liberdade em disputa contra o despotismo e a escravidão.³⁷ Os motores que provocam as mudanças e os eventos marcantes desse desenvolvimento são também distinguidos pelo periódico como forma de se pensar a inserção do Brasil nesse quadro mais geral de desenvolvimento. As ideias de progresso e aperfeiçoamento são centrais aqui.

A produção narrativa do *Reverbero*, tratando da trajetória histórica da civilização, em geral, e da Europa, em particular, produziu uma interpretação da História como história da liberdade em constante luta contra o despotismo. Essa interpretação selecionou fatos múltiplos do passado para embasar sua argumentação, com a construção de uma concepção de tempo que se transformava naqueles curtos anos. Nesse sentido, o periódico vai de uma concepção voltada à perenidade (na qual cada novo evento da liberdade contra a opressão era apresentado como reiteração de um desenvolvimento inerente, inevitável, natural da humanidade) até cada vez mais uma narrativa pautada por acontecimentos marcados pela novidade e rompimento com o passado. Ao mesmo tempo em que se justificava uma narrativa de continuidade, produzia-se uma interpretação que apresentava aqueles anos como novidade na história civilizacional. Um

balanceamento entre permanência e ruptura que fazia parte do manejo interpretativo da aceleração do tempo naquelas circunstâncias.

Como entrava, para os editores do *Reverbero*, a América nessa narrativa? E em que medida a situação da América Espanhola poderia ser comparável à da Portuguesa? Em que medida a América Inglesa poderia constituir referência para os luso-brasileiros?

Nas discussões transparece a interpretação de que o destino da América Portuguesa se entrelaçava, ao menos até certo ponto, àquele das demais partes do continente. Em edição de 15 de novembro de 1821, após indicar promessa de transcrever em suas folhas discursos feitos pelos deputados da América nas Cortes espanholas de junho último, afirma o periódico que “ele nos pareceu muito interessante, aplicável às circunstâncias do Brasil, e próprio para nele se prevenirem os males, que há onze anos oprimem as Américas Hespanholas”.³⁸ A aproximação das circunstâncias é corrente no *Reverbero*, especialmente no tocante aos riscos pelos quais passava a monarquia portuguesa em suas conexões com os domínios americanos. Em edição de 01 de dezembro daquele ano, uma nova transcrição das sessões espanholas, ao analisar os riscos a que estavam submetidas as províncias na América, expõe a conclusão que parecia inevitável: “nas presentes circunstâncias, as partes da monarquia tendem a uma mútua separação; as Américas no pé em que estão não podem subsistir em paz, caminham portanto velozmente para a sua ruína, apesar das luzes do século”.³⁹ Ruína e progresso do espírito humano não necessariamente caminhariam juntos. Era preciso uma boa política oriunda dos peninsulares, uma mudança de atitude para com a América. Era um dever dos agentes do presente. “Não somos nós responsáveis às gerações futuras e presentes pelo sangue dos nossos Irmãos, pela separação dos Povos, pela secção da Monarquia?”, questiona o periódico.⁴⁰ Os destinos de Portugal e Espanha caminhavam juntos.

Mas não caminhavam na mesma temporalidade. A observação pormenorizada dos destinos da América Espanhola, segundo o *Reverbero*, poderia ser a salvação da Portuguesa. Era como se os acontecimentos espanhóis, ainda que inseridos no mesmo conjunto de transformações daqueles anos, produzissem um ritmo que não alcançaria as províncias portuguesas senão no futuro. Identificava-se uma mesma dimensão da crise – o descaso metropolitano levaria à ruína da união na América –, mas não se considerava que o destino brasílico já ultrapassara o horizonte de eventos após o qual qualquer ação seria inútil. Pelo contrário: o papel do periódico e das narrativas dos acontecimentos consistia, precisamente, em apontar os futuros possíveis: o trágico e o sucesso, a fim de alimentar as escolhas que produziriam cada um dos caminhos.

Não é outro o sentido das várias transcrições de acontecimentos na América Espanhola e na Espanha que perpassam as edições do *Reverbero*. Os acontecimentos da América Espanhola “tocam muitas das nossas circunstâncias”, afirma.⁴¹ Periódicos que negassem a “congruência e identidade de circunstâncias entre o Brasil e a América Espanhola”, como o *Semanário Cívico da Bahia*, segundo a interpretação do *Reverbero*, mereceriam críticas. A identidade de circunstâncias existiria, “com a diferença, como já dissemos, que aqui é preciso prevenir males, e ali remediá-los”.⁴² A distinção entre aqui prevenir os males e ali remediá-los talvez indique um deslocamento da noção temporal, sendo a América Espanhola um futuro possível para a América Portuguesa: destino que se pode enxergar, mas alterar, de acordo com a ação e a direção a ser dada. Observar a América Espanhola não era apenas observar o presente, mas, também, observar um futuro possível. Aquele a ser evitado. Se o Brasil ainda tinha um destino brilhante de crescimento no futuro, a ponto de, em breve, superar Portugal (que já chegara ao seu limite), o cuidado seria, então, para que o crescimento não redundasse em tragédia.⁴³ “Aproveitemos o presente para nos servir de guia no futuro: não desprezemos a filosofia da experiência.”, conclamaria o periódico. Era preciso lembrar que “o saber do homem de Estado consiste em fixar o verdadeiro ponto da felicidade e Liberdade”, e que “merecerão as recompensas de todas as idades os homens, que acharem o modo de um Governo próprio, para produzir a maior soma de felicidade individual com o menor grau de sacrificios”. A observação do presente e passado imediatos da América constituiria caminho seguro para a plena execução desse equilíbrio entre felicidade e sacrificios tão própria do homem de Estado.⁴⁴

Serviria aos homens de Estado no Novo e no Velho Mundos. Afinal, segundo a concepção presente no *Reverbero*, a marcha da História era inexorável, e

todos os esforços das Metrôpoles para contrariar esta marcha [de emancipação das colônias] são perdidos; a sua arte deve consistir em observar o desenvolvimento das suas Colônias, seguir os seus progressos, regular-se por eles, para evitar de travar-se com elas por extemporâneas restrições, ou pertenções [sic]; ceder quando é razoável; conceder mesmo antes que requeiram; substituir os laços da amizade, e os do reconhecimento às leis imperiosas da autoridade, que o tempo tem enfraquecido. O esquecimento destes princípios custou à Inglaterra a feliz perda dos Estados Unidos; custa neste momento à Espanha a de suas Colônias; que ela ainda procura reter, sem saber porque [sic], nem como...⁴⁵

Mas se a situação na América Espanhola era algo a ser observado com cautela e preocupação, pois continha um futuro possível (e trágico) para a América Portuguesa, a observação da América Inglesa fornecia uma alternativa não apenas respeitável, mas exemplar de sucesso para o caminho da emancipação que se desenhava nas páginas do periódico. A América Inglesa, ainda que fosse, em diversos aspectos, distinta da Portuguesa, a começar pela

República, fornecia o melhor exemplo que, naqueles anos, embasava a ação por autonomia e prometia sucesso na arriscada empreitada da ruptura com a metrópole.

Reflexões expostas na edição de 15 de janeiro de 1822 já indicavam essa ideia. O texto explicava aos leitores a situação após o 9 de janeiro. Alertava para os que tentavam estabelecer a separação entre as províncias, roubando-nos “o nosso centro de União para deixar-nos entregues à desordem e à luta de opostas forças”.⁴⁶ Indicava que não era difícil adivinhar por qual princípio tal tentativa de fragmentação seria alcançada. Afinal, a “Revolução de Portugal” oferecia duas combinações possíveis a seguir: “ou o rei se conservava no Brasil ou voltava para Portugal”. Ambas as alternativas, segundo o “apóstolo da América” – De Pradt, provavelmente – davam por final resultado o estabelecimento do sistema representativo na América. Afinal,

Se ficava preferindo um mundo na América a uma província na Europa, era impossível que o Brasil situado no centro das Constituições Americanas, comunicando diariamente com povos constituídos, e contratando com homens constitucionais, tendo por estrela polar os Estados Unidos, que muito alto colocaram o farol para escapar às vistas dos povos vizinhos, se pudesse subtrair a este vórtice de influências. Se voltava era incompatível que na mesma monarquia existisse a Luz e a Treva, a Justiça e a arbitrariedade (...).⁴⁷

Em outras palavras, na lógica apresentada no periódico, a manutenção do monarca em terras americanas não bastaria, por si só, para garantia de manutenção do Reino Unido. Afinal, a presença dos Estados Unidos, como “estrela polar” cujo farol encontrava-se muito alto, constituiria irresistível vórtice de influências. Comparando-se o trecho acima com o destacado anteriormente, que destacava como o “esquecimento” de certo trato com as colônias causara lição na Inglaterra da perda dos Estados Unidos, podemos vislumbrar como a sombra dos americanos do norte derramava-se pelo sul como inspiração – ou, ao menos, ameaça de inspiração – para os caminhos a serem seguidos. Se os conflitos na América Espanhola em processo de emancipação eram manejados para assustar e afastar o risco separatista no Brasil (embora, como visto, pudessem ser manejados também como exemplo de práticas a se apreender para evitar), o exemplo de sucesso das 13 colônias balanceava a equação e oferecia perspectivas positivas àqueles que desejavam uma maior autonomia em relação à mãe-pátria.

A mesma edição, após chamar os EUA de “sede da filosofia e da liberdade”.⁴⁸ ainda se mira no exemplo das 13 colônias para proceder a questões mais, digamos, concretas a respeito da emancipação, como um possível conflito armado contra Portugal. Questiona quem pode desejar um conflito desses e afirma que a paz é o melhor proceder, pois “só à sombra dela pode [o Brasil] florescer a sua agricultura, manancial inextinguível [sic] de suas riquezas, e de sua prosperidade”. Questiona quem pode querer uma guerra tão arriscada: quem “lucrará em acabar

de inanir-se de homens, e dinheiro, e indústria, e comércio?” E indica: “leiam a História dos Estados Unidos; consultem os fastos da América do Sul, e desenganar-se-hão [sic] de tão quiméricos projetos”.⁴⁹ A vitória dos irmãos americanos em guerras passadas servia discursivamente para garantir a vitória na guerra aos portugueses da América.

Os EUA constituíam, assim como a América Espanhola, um passado como fonte para a interpretação do futuro da América Portuguesa. Apresentavam um resultado positivo e uma possibilidade de realização sem danos da emancipação. Possibilitavam uma atitude passada que servia para embasar atitudes presentes frente ao comportamento metropolitano perante o Brasil. No momento em que a Corte aprova o envio de tropas à América, o RCF questiona se o Brasil já não dera mostras suficientes de querer a união com Portugal, uma vez que já pedira a Constituição Portuguesa e mandara seus representantes ao soberano congresso. Questiona, então, o porquê das tropas. Critica a atuação de Luiz do Rego (“bravo general”, mas “muito mau governador”). Compara seu modo de tratar o “povo pacífico” ao dos “presos em um navio, à maneira da escravatura da Costa da Mina”.⁵⁰ E afirma que, para os deputados que apoiam tal arbitrariedade, o “sistema constitucional não se arreigar [sic] no Brasil sem que seja escoltado de baionetas europeias”. Tal postura, contudo,

não pode deixar de produzir males de uma natureza assustadora. Quando a América Inglesa, depois das suas primórdias [sic] contestações com a Metrópole, jurou à face do Céu, e da Terra adesão à sua Causa, os primeiros choques que produziram a desunião foram nascidos da introdução das Tropas Inglesas, que imediatamente deram a conhecer os intentos de apoiar as pertenções [sic] tirânicas da Mãe Pátria. Então sobre os Manes sagrados das vítimas sacrificadas pelos Ingleses, eles juraram não depender, que de si mesmos, e de só à as vontade confiarem os seus futuros destinos.⁵¹

Não era uma questão menor. Noutra edição, reflexões lembravam que

a Independência da América (dizia em 1777 o Apóstodo [sic], que a pregava com a palavra, enquanto Washington a firmava com vitórias) deve datar do instante, em que sobre ela se disparar o primeiro tiro de espingarda. Boston apresentou então as cenas de horror, que agora se apresentam na Bahia. Realizou-se ali a profecia, e o soberbo Colosso da Europa, que Franklin com a mão, que pôde arrancar o raio das nuvens, pôde arrancar-lhe o cetro, com que jurara esmagar os Americanos. Debalde a fúria dos partidos os ameaçava (como agora nos acontece) com a mui diminuta população, com a falta da sua precisa Marinha, e com o peso de uma grande dívida; debalde se lhes opunham as riquezas, o capricho, e a força da sua preponderância rival: o mundo estupefato viu prontamente sair dos Lagos, e das Matas de S. Lourenço, e Mississipi, a obra mais completa que tem visto os homens, e que fará por longa extensão de séculos a felicidade de uma Nação generosa, e que obrigou a Inglaterra a confessar pelo seu mesmo silêncio, que cometera um gravíssimo erro em Política, aplicando-se os seus ombros para fazer retrogradar uma Obra, que seguia o impulso necessário da irresistível Natureza.⁵²

O primeiro tiro disparado havia posto tudo a perder. Haveria escolha para portugueses de ambos os mundos? Continuaria o *Reverbero*:

Portugueses de um e de outro hemisfério, atendei às vozes da verdade, para que se apague o fogo de partidos, que podem sim derramar muito sangue, mas que não poderão conseguir fins contrários à marcha da civilização do nosso presente século. *As Nações todas têm épocas de contato entre si; as cenas da América do Norte são as Cenas do Brasil*, mas as circunstâncias do Brasil são muito mais felizes, tanto porque temos um centro de união em um Regente Amante da Constituição, como porque a Sabedoria do Soberano Congresso, tendo em vista aquele exemplo dos Americanos, procederá com Prudência a nosso respeito, e não com caprichos loucos; porque é tempo de saber-se geralmente, que a Liberdade é franca e voluntária; que quando se apresenta, ou com disfarce, ou com armas, em vez de Irmãos dispéria [sic] inimigos, que cedo ou tarde se debatem, com horror da humanidade civilizada.⁵³

A América inglesa juntava-se ao conjunto de eventos passados que serviam de referência para a construção de propostas futuras e interpretações presentes. Se antes o *Reverbero* buscava os pontos de contato entre Brasil e Portugal no mesmo universo histórico, juntando ambos os lados do Atlântico na mesma lógica histórica, agora o deslocamento provocado pela perspectiva de ruptura com a metrópole aproximava os pontos de contato entre Brasil e demais regiões da América – no caso, especialmente a inglesa. Os eventos mais próximos da contemporaneidade eram usados para essa aproximação, haja vista que não eram aspectos de uma colonização comum que os conectava, mas, sim, elementos da ruptura, da libertação, da luta contra a opressão. De certa maneira, era também a produção de uma síntese a unir as diversas colonizações num mesmo processo, que, na lógica da história como história da liberdade, significava, fundamentalmente, que toda colonização era opressiva, despótica, e o exercício da natural liberdade presente no coração dos homens, neste particular, era a luta que unia todas as regiões coloniais da América contra a dominação da Europa.

A leitura dos acontecimentos ali permitia que se pudesse proceder com cautela. Afinal, as cenas da América do Norte seriam as cenas do Brasil, apenas deslocadas no tempo. E se é certo que as condições específicas da América Portuguesa permitiam maior esperança frente àqueles que ainda sonhavam com a união dos dois reinos, é fato que tal só seria possível se aqueles com o poder para produzir o futuro mantivessem-se ligados ao passado para compreender os fios que juntavam causas a consequências. Se o Soberano Congresso esquecesse tal leitura e continuasse a promover as “inventivas e as chufas”, insultando os brasileiros “com os nomes de Tupinambás, de Botocudos, e de macacos”, então estes

escolherão vingadores para conseguirem o triunfo da sua causa, e tão enérgico como foram aqueles que na América do Norte formaram essa Constituição, eterno penhor da fortuna, da riqueza e do respeito desse Povo que se levantou do estado de sua opressão quando seus Irmãos da Europa julgavam que eles não tinham outro remédio senão beijar

suas cadeias pela falta de recursos necessários para as quebrar. Se este Povo tivesse a fortuna que nós temos possuindo um Príncipe de tanta energia pelo bem geral, não seria tão custoso aos Franklins repelir os obstáculos que retardaram a vitória.⁵⁴

“O gênero humano está em marcha, nada o fará retrogradar”. Aquelas palavras de De Pradt ecoavam em inúmeros posicionamentos do Revérbero.⁵⁵ Aliada à retórica que buscava fincar uma bandeira política na disputa pela construção futura do Império, a interpretação dada àqueles tempos precisava levar em conta os passados das demais regiões da América na inserção do Brasil na lógica das civilizações. E se a aproximação com os eventos americanos, naquela lógica, era fundamental à ruptura, não esquecer a herança europeia era também indispensável para a manutenção dos aspectos civilizatórios das novas nações libertas. Apareciam, assim, lado a lado os eventos da América e os da Europa, agora numa experimentação um pouco radical:

A Revolução da França, que em parte pode ser considerada um efeito da civilização dos Povos, deu impulso tão forte aos espíritos na Europa, como a dos Estados Unidos deu também na América. Tocada a principal mola do coração do homem, pela solene declaração dos seus inalienáveis direitos, sabiamente deduzidos da sua invariável natureza, era impossível que o Liberalismo assim proclamado retrocedesse ao seu primeiro caos. Houve sim uma força na Europa, que aproveitando com dexteridade [sic] a luta entre os liberais e os servís, pareceu reprimi-lo por alguns anos, deixando-o em antro profundo, cavado pelo terrorismo o mais inaudito. (...) A América toda naturalmente desejosa da Liberdade, como um filho, que anela [sic] emancipar-se para gozar por si mesmo: mas cuidadosamente vigiada pelas suas metrópoles, que nada menos queriam do que possuir com exclusão, e desfrutar sem partilha, a América, digo, sentiu o impulso das províncias do norte, e espreitava o momento de aproveitar-se do seu exemplo, para dar expansão à chama sagrada, escondida nos corações de todos os seus filhos. A da Espanha era bem como um navio preso às praias de Cádiz por um cabo já muito enfraquecido; Napoleão cortou este cabo invadindo a Espanha; o Navio vogou em alto mar, e a pesar de grandes tempestades e da inexperiência de alguns seus pilotos, ele chegou ao Porto desejado, porque assim devia acontecer.⁵⁶

Revoluções na Europa, revoluções na América; despertada a chama natural da busca pela liberdade no coração dos homens, a história seguia seu curso rompendo as forças que oprimiam e prendiam essa potencialidade. Se a História era a história da liberdade versus a tirania, então o aprisionamento da primeira pela segunda não poderia conseguir resultados senão momentâneos e à custa de um esforço cada vez mais ineficaz. Nada faria retrogradar a marcha do gênero humano. Mas, evidentemente, a destruição das correntes liberaria forças que, por descuidos, desvios ou não preparo de seus dirigentes, poderiam resultar em destruição, caos, infelicidade. “Ó França, acaso se vão reproduzir em Portugal os horrores da tua Revolução!”, questionariam sem questionar os editores do *Reverbero* em edição de setembro de 1822, logo após afirmarem aos “brasileiros generosos” que “a sorte está lançada”. Em tom entre o lamento e o chamamento à ação, concluem a narrativa apontando para qualidades inatas aos brasileiros

que, mais uma vez aproximando-os de seus irmãos da América, permitiriam admitir que a fortuna pesaria mais que a tragédia no futuro do país.

III

Observar o passado da América Inglesa e da América Espanhola oferecia, na dinâmica narrativa do *Reverbero*, condições para medir a posição do Brasil naquele gradiente, buscando armas ideológicas para suavizar a inexorabilidade da marcha do tempo a partir da construção interpretativa da singularidade brasileira naquele conjunto.

Era preciso um tom discursivo que, admitindo essa inexorabilidade – afinal, não se poderia manter a liberdade prisioneira da tirania –, pudesse apontar, também, para garantias de sucesso, ausentes nos exemplos espanhóis e distintos dos exemplos da América inglesa. Afinal, a República e o federalismo à inglesa não correspondiam à realidade do Brasil, como o próprio periódico pontuaria em outros momentos.⁵⁷ Como proceder, então, para garantir a passagem da tirania à liberdade com ausência de elementos que caracterizassem a anarquia?

A resposta estaria nos homens que, segundo o *Reverbero*, deveriam conduzir o leme na tempestade acelerada daqueles tempos. O Brasil, diferentemente de suas irmãs americanas, e mesmo de seus espelhos europeus, reuniria condições únicas para atender àquela marcha sem passar pelas mesmas inseguranças. Podemos perceber como, na narrativa do periódico, a liberdade encontrava o tom do autoritarismo. Afinal, tais condições únicas reuniam-se no fortalecimento da figura de Dom Pedro.

A posição a favor de Dom Pedro começa a se estabelecer com mais firmeza em reflexões de janeiro de 1822. Após apontar a situação revolucionária em Portugal e na América, destacando como as ideias constitucionais encontraram terreno fértil para acelerar as transformações neste espaço, destaca a situação privilegiada do Brasil naquele contexto, afirmando o *Reverbero* que “o Brasil adotando o príncipe, adotou o partido mais seguro; vai gozar dos bens da Liberdade sem as comoções da Democracia, e sem as violências da Arbitrariedade.”⁵⁸ Era possível, portanto, superar a transição revolucionária sem os riscos a que estavam sujeitos nos processos. Afinal, se a vitória da liberdade era uma inevitabilidade, inscrita na lógica do desenvolvimento histórico dos povos, a possibilidade de realização dessa lógica histórica sem desvios que causassem adversidades era própria apenas para aqueles povos que houvessem reunido as necessárias condições.

A condição única do Brasil não era considerada nem mesmo produto da colonização europeia, criticada dentro da lógica dos 300 anos de opressão – agora sem o balanceamento da

“harmonia” como possibilidade que teria pautado as relações entre Portugal e Brasil nas primeiras edições do *Reverbero*. Afinal, “o tesouro que possuímos no Príncipe, o devemos à Providência, e não à generosidade dos nossos Irmãos de Portugal”.⁵⁹ . Fosse para a independência, fosse para a manutenção das duas Coroas, a chave era o Príncipe Regente, a grande “égide da nossa Liberdade; (...) [e] o esteio da Constituição no Brasil; é o instrumento da nossa tranquilidade; é o centro da nossa liberal Reunião com Portugal; é a fonte da nossa ventura; é o amigo dos Portugueses, porque só deseja a sua maior glória e só promove o seu maior bem.”⁶⁰

Abraçar a Monarquia Constitucional, no caso do Brasil, era, portanto, assumir a figura de futuro da América. Se a observação das tragédias recentes americanas era uma forma de se prevenirem os males no Brasil, uma vez que, como vimos anteriormente, o passado próximo da América era entendido como futuro à espreita do Brasil, então antecipar-se aos destinos trágicos de guerra e destruição, pela adoção da forma monárquica constitucional de governo, era não apenas governar a própria história, conduzindo o próprio destino, mas, também, tornar-se o próprio Brasil novo exemplo para o restante do continente – e, por que não?, do mundo. A retórica que interpretava a linha de desenvolvimento da história dos países americanos achava um lugar de gala para o Brasil no conjunto das sociedades.

Dom Pedro permitiria, segundo os redatores, a realização de todo o potencial cravado no Brasil desde a Criação. E, entre exemplos passados e o destaque presente, assim apontava o *Reverbero*.

Brasileiros. Estes documentos, e outros muitos nos fornece a História, são lições instrutivas para nós. Eia, vamos, unamo-nos a S. A. R.; cuja felicidade e a nossa são recíprocas. Resumbre [sic] ela das nossas Cortes para nós, e para as gerações que nos hão de suceder! (...) É a favor das marés (diz Marmotel) que se trabalha nos diques. Aproveitemo-nos da oportunidade do tempo.⁶¹

A marcha do gênero humano não poderia retrogradar. O Brasil oferecia, porém, um “espetáculo novo no Teatro do Mundo civilizado”.⁶² Sua emancipação, já desenhada, vinha de um complexo de circunstâncias que

*encurtou a nosso respeito a cadeia dos tempos, aproximou-nos da Liberdade, erguendo a nossa Representação Política por um modo, que evitou as delongas experimentadas pelas Províncias da América Espanhola, e que experimentaram ainda as que não forem no nosso caso. (...) apareceu um Monarca na América, convertendo uma Colônia em Metrôpole; tudo isto era novo, mas os destinos do Brasil aguardavam novos, e bem próximos desenvolvimentos para completar-se a sua glória de um modo em tudo admirável.*⁶³

O tempo no Brasil teria sido encurtado por essa síntese produzida pela presença do Príncipe e pelo espírito da Monarquia Constitucional. Se a marcha humana não poderia ser evitada, seu ritmo poderia ser transformado. O encurtamento do tempo era a redução da distância entre o grito e o rompimento final dos grilhões pela liberdade. Era nessa distância que se produziam as paixões que transtornavam o caminhar e desviavam a direção. O Brasil aparecia potencialmente incólume a essas desgraças, pois o Príncipe sintetizaria a necessária aceleração do tempo que resultaria na final transformação. Essa presença do Príncipe, “penhor da nossa tranquilidade e centro de um grande Império”, “evitando os escolhos da democracia pura, e os ferros do aborrecido despotismo, deve conduzir-nos livres e felizes ao termo dos nossos prudentes e honrosos desejos.”⁶⁴

Chegamos, então, a uma síntese que perdurou mesmo após o fim do periódico. A visão presente no *Reverbero* – e em outros periódicos semelhantes à época – moldou uma perspectiva que, posteriormente, seria abordada, à época e historiograficamente, como simbólica do “liberalismo moderado”. Não obstante estivesse longe de ser a única presente, predominou nas discussões abertas na virada do começo dos anos 1820, no momento de rompimento político com Portugal. Seria uma narrativa incorporada o discurso político oficial e talhada para tornar-se referência central nas discussões ao longo da década seguinte.

Poderíamos dizer: e que permanece, ainda que fragmentariamente, em muitas de nossas compreensões contemporâneas sobre o passado.

Notas

¹ NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo Político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.73-101. Citação à p. 79.

² Para a expansão das ações públicas no contexto da Independência, cf. CARVALHO, José Murilo de et alii (orgs.). *Às armas, cidadãos!* Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, introdução.

³ SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2010; FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2015. Cf ainda PIMENTA, João Paulo Garrido. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)*. Tese de livre docência. São Paulo: USP, 2012.

⁴ SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999, em especial o capítulo 3.

⁵ Para a obra de construção da concepção senhorial-escravista de Império, a clássica interpretação de Ilmar Mattos é seminal. Cf. MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição. São Paulo: HUCITEC, 2004, em especial a parte II. Para uma análise recente que parte da perspectiva do Tempo Saquarema, cf. SALLES, Ricardo. Segunda escravidão, liberalismo de classe e a matriz política imperial. c. 1815-1860. In: SALLES, Ricardo (org.) *Ensaio*

gramscianos: política, escravidão e hegemonia no Brasil imperial. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 15-82. Há análises que abordam a construção do conservadorismo de modo distinto. Cf. DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005, para quem o avanço conservador dos anos 1830 não foi capaz de reverter os avanços liberais alcançados no começo da Regência, e MARTINS; Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007, para quem os elementos conservadores da construção nacional brasileiras já estavam inscritos, em grande parte, em práticas coloniais de “Antigo Regime” que perduraram mesmo após a Independência.

⁶ Utilizo o termo “liberal-conservadora” para marcar uma proximidade e uma distinção. A proximidade é que, no interior das disputas políticas no Brasil, as alternativas que fugiram ao liberalismo mais “moderado”, como ficou conhecido pela historiografia, tiveram pouco ou nenhum espaço de atuação. Dessa forma, a tônica de construção interpretativa do Estado Nacional brasileiro também seguiu uma lógica hegemônica dos marcos do liberalismo que se fortalecia em escala atlântica. A respeito, cf. SALLES, Ricardo. Segunda escravidão, liberalismo de classe e a matriz política imperial. c. 1815-1860... *op. Cit.* A distinção se refere à especificidade, mesmo no interior dos marcos liberais, da linguagem do conservadorismo que, a partir do Regresso deu o tom da direção intelectual e moral da política imperial, inclusive pela incorporação da escravidão como baliza indispensável à nação em construção. Cf. MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema... op. Cit.*; e PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

⁷ NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 5ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1989, p. 300.

⁸ JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil, vol. 1: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa*. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 387-437, citação à p. 392.

⁹ “Modernidade”, porém, é um conceito complexo. Não podemos, sob pena de uma simplificação exagerada, considerá-la como processo de via única, ou unidimensional, que teria um ritmo unitário a partir do qual as variadas posições de países, governos e/ou sociedades poderiam ser indicadas, uns à frente, outros mais atrasados, todos rumo a uma mesma redenção (a qual, sob o signo do “progresso”, mistura no discurso a análise da modernidade como fenômeno social ao discurso legitimador e inaugurador do próprio fenômeno em si). Dados os objetivos e o alcance deste artigo, não há pretensão aqui em desenvolver qualquer reflexão mais aprofundada do conceito, ou que pretenda sintetizar bibliograficamente a discussão. Não podemos, porém, avançar na análise sem antes tecer algumas considerações sobre alguns aspectos dessa modernidade, ao menos para situar quais dimensões – ou quais *franjas* – dessa modernidade mais peso tiveram no processo de construção do Império do Brasil.

¹⁰ Para efeitos deste texto, chamaremos essa dimensão de *modernidade conceitual*, a qual não resume, em si o própria, todas as características que o conceito de “modernidade” encerra, mas que constituiu elemento essencial a construir, no alvorecer do longo século XIX, o mundo com o qual os dirigentes imperiais lidavam. Dentro do contexto mais geral de crise aberta a partir do século XVIII, fosse a crise revolucionária, fosse a crise que implicou numa trajetória reformista, as próprias formas de percepção do tempo pelos contemporâneos se alteraram significativamente, como produto indissociável das mudanças sociais então em curso. E, nesse sentido, os elementos dessa modernidade conceitual que mais nos interessam para o presente artigo dizem respeito às mudanças nas concepções de “tempo”, de “história” e de “nação” entre o setecentos e oitocentos. Todas as três devem ser analisadas em conjunto, posto façam parte de um mesmo universo conceitual.

¹¹ KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999, p. 151.

¹² KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Puc-Rio, 2006, p. 318-319.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 322.

¹⁴ Sobre a questão, cf. KOSELLECK et alii, *O Conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 119-184. O recorte cronológico de Koselleck para a aceleração dessas transformações no conceito de História foi, porém, posto em evidência por outros estudos, que sugeriram transformações mais lentas e cumulativas que teriam se iniciado ainda antes – o que esticaria, para esses autores, o advento da modernidade para mais fundo no passado. Não obstante, para efeitos das transformações que acometeram o império português, a periodização de Koselleck tem sido mais utilizada pelos pesquisadores. Para essas críticas, cf. PALTI, 2004, p. 63-74

¹⁵ De forma quase complementar à abordagem de Koselleck, François Hartog propôs a expressão “regimes de historicidade”, buscando dar conta dessas modificações em relação à experiência do tempo. “Regime de historicidade” seriam construções com o intuito de dar conta das diversas formas com que os seres humanos lidam com as diversas temporalidades, especialmente passado, presente e futuro. Cf. HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 28-29.

¹⁶ HOBBSAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004, p. 13.

¹⁷ ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008

¹⁸ CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003, p. 63.

¹⁹ Para uma discussão historiográfica sobre essa passagem da dominância do mito da nação como entidade “naturalizada” para uma perspectiva que buscou problematizá-la, cf. PALTI, Elías. *La nación como problema: los historiadores y la “cuestión nacional”*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003. Para o caso latino-americano, em especial a região do Prata ao longo do processo de construção dos Estados Nacionais, cf. PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 2002. Afirmar esse papel à escrita das histórias nacionais não implica ignorar o caminho oposto – isto é, como as histórias nacionais foram também produto, e não meramente produtoras, dos elos que aproximavam sujeitos em termos de identidade comum.

²⁰ São dignas de nota, nesse aspecto, as palavras de Antonio Gramsci, que, criticando certas interpretações a respeito do *Risorgimento* e da história da Itália que remontavam o sentimento nacional aos romanos, escreveu: O problema de buscar as origens históricas de um evento concreto e circunstanciado, a formação do Estado moderno italiano no século XIX, é transformado no problema de ver esse Estado, como Unidade, como Nação ou genericamente como Itália, em toda a história anterior, assim como o pinto deve existir no ovo fecundado”. GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5: o Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 34.

²¹ Observando principalmente o caso francês, afirma o autor: “Depois das convulsões da revolução e do império, o século XIX marcou a etapa definitiva do nascimento da consciência histórica moderna. Se, no século XVIII, tínhamos encontrado o sentido do contínuo, o século XIX descobriu as diferenças da cor humana através dos tempos”. Cabe ressaltar que essa descoberta do oitocentos resultou na expansão do aprofundamento exploratório europeu sobre o restante do mundo, ponto não discutido pelo autor. Cf. ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989, p. 148.

²² É claro que a própria Revolução foi vista de formas muito distintas, constituindo temática de disputa política nos séculos que se seguiram (poderíamos dizer, até os dias atuais). Sobre a questão, cf. MELLON, Stanley. *The Political Uses of History*, Stanford University Press, 1958; GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa*. 2ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999

²³ SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 185-208.

²⁴ GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2003, p. 33-60.

²⁵ MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores*: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX. Dissertação de mestrado. São Paulo, SP: PPGHS/USP, 2011.

²⁶ ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

²⁷ Para uma análise da escrita da História nessa herança setecentista, atrelada à gênese das Academias, cf. KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004.

²⁸ Cf. SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: HUCITEC, 2006, p. 197; SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

²⁹ JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). MOTA, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira. Formação: histórias*. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-175.

³⁰ *Idem*, p. 131-132.

³¹ JANCSÓ, István. A construção dos estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral. *História Econômica da Independência e do Império*. 2ª ed. revista. São Paulo: HUCITEC/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p. 3-26, p. 10

³² NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

³³ As distinções pouco têm a ver com a opção imediata pela unidade ou pela separação: via de regra, não há consenso pelo separatismo senão avançado o ano de 1822. Essa diferenciação mais tem a ver com certa formação intelectual/institucional e posicionamento a respeito do balanço/equilíbrio da unidade imperial portuguesa. Assim, na terminologia mais usual, opõem-se aqueles “brasilienses” àqueles “luso-brasileiros”, aqueles mais familiarizados com a ideologia das revoluções americana e francesa àqueles mais próximos da experiência do reformismo português. Cf., a respeito, BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988, p. 76-78.

³⁴ OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A Astúcia Liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF & ÍCONE, 1999, p. 148-149.

³⁵ SILVA, Virgínia Rodrigues da. *O Reverbere Constitucional Fluminense, constitucionalismo e imprensa no Rio de Janeiro da Independência*. Dissertação de mestrado. Niterói, UFF: 2010. Isabel Lustosa afirma que o RCF foi a primeira publicação de jornal que “não passava pelo crivo do censor”. Também afirma que era o primeiro espaço onde se defendiam por escrito “as ideias preconizadas na Revolução Francesa: liberdade, igualdade e fraternidade”. Como veremos à frente, isso não significava uma ausência de posicionamento crítico em relação à Revolução. Cf. LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003, p. 23.

³⁶ Tanto Ledo quanto Barbosa seriam eleitos deputados posteriormente; o segundo ainda seria um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

³⁷ Não se trata, como a historiografia a respeito já deixou claro, de uma crítica à escravidão como forma de exploração da força de trabalho, mas, sim, de uma recusa da “escravidão civil” de base liberal.

³⁸ RCF, 15 de novembro de 1821, p. 54. Atualizei a grafia do periódico em todas as citações, exceção feita à maiúsculas e minúsculas, bem como a nomes próprios.

³⁹ RCF, 01 de dezembro de 1821, p. 64.

⁴⁰ *Idem*, p. 65.

⁴¹ *Idem*, p. 66

⁴² *Idem, ibidem*.

⁴³ O argumento de que o Brasil superara Portugal e de que representava uma restauração do Velho Mundo no Novo já estava presente na narrativa sobre autonomia política do Brasil desde a década anterior, ao menos. Cf. ARAÚJO, Op. cit.

⁴⁴ RCF, 01 de dezembro de 1821, p. 72.

⁴⁵ RCF, 08 de janeiro de 1822, p. 109-110. Havendo o esquecimento desses princípios, melhor seria, seguindo análise transcrita do Correio Brasiliense, se Portugal já declarasse o Brasil independente de uma vez, ao invés de se fomentarem ali partidos, “que produzirão a guerra civil, degolando-se os povos uns aos outros”. “declare-se que Portugal não precisa do Brasil, e previnam-se assim os males da guerra; a qual quando começar, não pode deixar de ter o mesmo êxito da que houve na América Espanhola.” Cf. RCF, Número 01, 12 de maio de 1822 – EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA, p. 03

⁴⁶ RCF, 15 de janeiro de 1822, p. 129.

⁴⁷ RCF, 15 de janeiro de 1822, p. 129-130.

⁴⁸ *Idem*, p. 131.

⁴⁹ *Idem*, p. 132.

⁵⁰ RCF, 19 de fevereiro de 1822, p. 174.

⁵¹ *Idem*, p. 175.

⁵² RCF, Número 22, 9 de abril de 1822, p. 265.

⁵³ (*Idem*, p. 266-267) [grifos meus].

⁵⁴ RCF, Tomo Segundo, Número 02, 04 de junho de 1822, p. 17.

⁵⁵ Para a importância de De Pradt e dessa argumentação no Reverbere e em outros periódicos, cf. SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil...* op. Cit., p. 130-131,

⁵⁶ RCF, Tomo Segundo, Número 06, 02 de julho de 1822, p. 66.

⁵⁷ RCF, Número 24, 23 de abril de 1822, p. 290.

⁵⁸ RCF, 15 de janeiro de 1822, p. 131.

⁵⁹ RCF, 19 de fevereiro de 1822, p. 180.

⁶⁰ RCF, 19 de março de 1822, p. 230.

⁶¹ RCF, Tomo Segundo, Número 11, 06 de agosto de 1822, p. 136.

⁶² RCF, Tomo Segundo, Número 06, 02 de julho de 1822, p. 67.

⁶³ *Idem, ibidem. Grifos meus*.

⁶⁴ *Idem*, p. 67.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

ARIÈS, Philippe. *O Tempo da História*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988.

CARVALHO, José Murilo de et alii (orgs.). *Às armas, cidadãos!* Panfletos manuscritos da Independência do Brasil (1820-1823). São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

CHIARAMONTE, José Carlos. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: HUCITEC, 2003.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto Imperial: origens do federalismo no Brasil*. São Paulo: Globo, 2005.

FANNI, Rafael. *Temporalização dos discursos políticos no processo de Independência do Brasil (1820-1822)*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2015.

GÉRARD, Alice. *A Revolução Francesa*. 2ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 5: o Risorgimento. Notas sobre a História da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUERRA, François-Xavier. A nação moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: JANCSÓ, István (org.) *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Editora HUCITEC, 2003, p. 33-60.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências: ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. 3ª Ed. México: FCE, MAPFRE, 2000

HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

JANCSÓ, István & PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). MOTA, Carlos G. (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000, p. 127-175.

JANCSÓ, István. A construção dos estados nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como projeto. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral. *História Econômica da Independência e do Império*. 2ª ed. revista. São Paulo: HUCITEC/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial, 2002, p. 3-26.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (org.). *História da Vida Privada no Brasil, vol. 1:*

Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa. São Paulo: Cia das Letras, 1997. p. 387-437.

KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: historiografia acadêmica luso-brasileira (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC; Salvador: Centro de Estudos Baianos / UFBA, 2004.

KOSELLECK et alii, *O Conceito de História*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. Puc-Rio, 2006.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. *A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MATTOS, Ilmar. *O Tempo Saquarema*. 5ª edição. São Paulo: HUCITEC, 2004.

MEDEIROS, Bruno Franco. *Plagiário, à maneira de todos os historiadores: Alphonse de Beauchamp e a escrita da história na França nas primeiras décadas do século XIX*. Dissertação de mestrado. São Paulo, SP: PPGHS/USP, 2011.

MELLON, Stanley. *The Political Uses of History*, Stanford University Press, 1958.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: HUCITEC, 2005

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/FAPERJ, 2003.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Liberalismo Político no Brasil: ideias, representações e práticas (1820-1823). In: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (org.). *O liberalismo no Brasil imperial: origens, conceitos e prática*. Rio de Janeiro: Revan: UERJ, 2001, p.73-101.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 5ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A Astúcia Liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista, SP: EDUSF & ÍCONE, 1999.

PALTI, Elías José. Koselleck y la idea de Sattelzeit. Un debate sobre modernidad y temporalidad. In: *Ayer*, nº. 53, Historia de los conceptos (2004)

PALTI, Elías. *La nación como problema: los historiadores y la “cuestión nacional”*. Buenos Aires: Fonde de Cultura Economica, 2003.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos Impérios Ibéricos no Prata*. São Paulo: HUCITEC, FAPESP, 2002.

PIMENTA, João Paulo G. & ARAÚJO, Valdeci Lopes de. História. In: FERES JÚNIOR, João. *Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 119-140.

PIMENTA, João Paulo Garrido. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)*. Tese de livre docência. São Paulo: USP, 2012.

SALLES, Ricardo. Segunda escravidão, liberalismo de classe e a matriz política imperial. c. 1815-1860. In: SALLES, Ricardo (org.) *Ensaio gramsciano: política, escravidão e hegemonia no Brasil imperial*. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 15-82.

SANTOS, Cristiane Alves Camacho dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de Independência do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). São Paulo: USP, 2010.

SCHULTZ, Kirsten. *Versalhes Tropical: império, monarquia e a corte real portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a Nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)*. São Paulo: HUCITEC: FAPESP, 2006

SILVA, Virgínia Rodrigues da. *O Reverbero Constitucional Fluminense, constitucionalismo e imprensa no Rio de Janeiro da Independência*. Dissertação de mestrado. Niterói, UFF: 2010.

SLEMIAN, Andréa. *Vida política em tempo de crise: Rio de Janeiro (1808-1824)*. São Paulo: HUCITEC, 2006.

SMITH, Anthony D. O nacionalismo e os historiadores. In: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

SOUZA, Iara Lis Carvalho. *Pátria Coroada: O Brasil como corpo político autônomo, 1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.